



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

Oséias Santos de Oliveira¹

RESUMO

Este trabalho investiga os conceitos que dão base à gestão democrática da escola pública. Através da análise bibliográfica, de caráter qualitativo, apresentam-se discussões de alguns teóricos sobre democracia, participação, maioria, autonomia e emancipação, que, num contexto favorável propiciarão um espaço escolar reflexivo e a construção do sujeito crítico, capaz de perceber suas necessidades e avançar na reelaboração/reconstrução de sua realidade. As discussões apontam para um crescente interesse da escola e dos sujeitos que a compõe, no sentido de compreenderem seus papéis e de assumirem uma postura de enfrentamento a todo tipo de entrave que se oponha ao exercício democrático.

Palavras-chave: Democracia; Participação; Maioridade; Autonomia; Emancipação; Escola pública.

*EDUCATIONAL FOUNDATION RELATIONS IN DEMOCRATIC MANAGEMENT:
EXPLORING CONCEPTS*

ABSTRACT

This work investigates the basic concepts that make the democratic management of public schools. Through literature review, qualitative in nature, are of some theoretical discussions about democracy, participation, age, autonomy and emancipation, which, in a supportive environment will provide a reflective school the construction of the critical subject, able to understand their needs and progress in redesigning / rebuilding of their reality. The discussions indicate a growing interest in the school and the subject that it, in order to understand their roles and assume a posture of confrontation at any kind of barrier which opposes the democratic exercise.

Key words: Democracy; Participation; Maturity; Independence; Emancipation; Public school.

¹ Doutorando em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Educação – UFRJ/RJ, Especialista em Supervisão Escolar – UFRJ/RJ, Especialista em Língua Portuguesa, FCLPAA/SP, Bacharel em Teologia – FAETEL/SP, Licenciado em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira – UNIJUÍ/RS. Contato: oseias.ol@uol.com.br



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

*RELACIONES EN LA FUNDACIÓN PARA LA EDUCACIÓN DE GESTIÓN DEMOCRÁTICA:
LA EXPLORACIÓN DE CONCEPTOS*

RESUMEN

Este trabajo investiga los conceptos que subyacen a la gestión democrática de las escuelas públicas. A través de revisión de la literatura y de calidad, presenta algunas discusiones teóricas sobre la democracia, la participación, la mayoría, la autonomía y la emancipación, que proporcionará un clima de un ambiente escolar de reflexión y la construcción de sujetos críticos, capaces de realizar sus necesidades y el progreso en el rediseño y la reconstrucción de su realidad. Los debates indican un interés creciente en la escuela y los temas que lo componen, para comprender sus funciones y asumir una postura de enfrentamiento a todo tipo de obstáculo que se opone al ejercicio democrático.

Palabras clave: Democracia; Participación; Mayoridad; Autonomía; Emancipación; Escuela pública.

INTRODUÇÃO

Para a efetivação da análise que se pretende realizar sobre gestão democrática da escola pública e as formas de participação da comunidade, considera-se de suma importância o esclarecimento de alguns conceitos que orientarão a reflexão. Neste sentido, é imprescindível que o debate seja pautado a partir de temas como: democracia, participação, maioria, autonomia e emancipação.

O entendimento destes conceitos possibilita que o espaço da escola seja melhor compreendido por todos os atores sociais que nela interagem. Pais, alunos, professores e gestores comprometidos com uma educação de qualidade deverão estar atentos às questões do meio social, assumindo uma postura de enfrentamento aos entraves que dificultam o exercício democrático e participativo.

Democracia no contexto social e educacional

A sociedade tem discutido atualmente, em todas as instâncias, mecanismos para estabelecer e manter a democracia como forma de preservar os interesses comuns aos cidadãos. Estas discussões, mais fortemente acentuadas no presente contexto de abertura política por que passam diversos países, e em especial o Brasil, quando a partir da década de 80 instaura-se o processo de redemocratização, que tem seus contornos fortemente delimitados na Constituição Federal de 1988.



Ao longo deste período, estas discussões vêm ganhando força e expressão nos diferentes grupos sociais, que, através da organização e do esforço participativo avançam na consolidação dos ideais democráticos.

O processo democrático que a escola procura estabelecer pressupõe a participação de todos os integrantes envolvidos no planejamento e no fazer pedagógico. No meio educacional conceitos como democracia e participação precisam ser compreendidos e assimilados por todos, sendo estes imprescindíveis para que os sujeitos possam interagir e conquistar espaços para o pleno desenvolvimento tanto pessoal quanto coletivo. Entretanto, estes conceitos também devem ser compreendidos no contexto da atual sociedade, de modo a explicitar a dinâmica que permeia o processo educacional e social.

A democracia, entendida como o conjunto das relações que se estabelecem, tanto em nível macro, como os Estados ou instituições, ou mesmo em nível micro, como nos pequenos grupos sociais deve, em tese, levar em consideração as opiniões de todos os cidadãos. A democracia é concebida como espaços de partilha de poder, numa perspectiva bastante ampliada e que propicia a emancipação (BOBBIO, 1986; SANTOS, 2001).

O termo democracia sugere a participação dos indivíduos na vida em sociedade, com liberdade para manifestação do pensamento e para a ação coletiva. A idéia mais remota a cerca da democracia enquanto política remete ao pensamento grego, onde os próprios cidadãos tinham o direito de definir e decidir, eles mesmos, a condução e organização da pólis (cidade).

Japiassú e Marcondes analisam a democracia sob a ótica de importantes pensadores e assim a definem:

regime político no qual a soberania é exercida pelo povo, pertence ao conjunto dos cidadãos, que exercem o sufrágio universal. “Quando, na república, o povo detém o soberano poder, temos a democracia” (Montesquieu). Segundo Rousseau, a democracia, que realiza a união da moral e a política, é um estado de direito que exprime a vontade geral dos cidadãos, que se afirmam como legisladores e sujeitos das leis (1996, p. 65).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

A garantia dos direitos básicos dos cidadãos, no mundo contemporâneo, configura-se com um importante mecanismo para a existência da democracia e esta somente será fortalecida mediante uma urgente ressignificação do conhecimento. Neste sentido, Rossato assim se posiciona:

para alcançar a efetividade da democracia não apenas em alguns países ou grupos de países, mas globalmente, é imprescindível realizar uma profunda reforma do pensamento, através da formação de cidadãos capazes de enfrentar os problemas de sua época, freando o enfraquecimento democrático. O desenvolvimento desta nova forma de democracia somente será possível com a reorganização do saber (2006, p. 179).

Princípios como igualdade, fraternidade e liberdade são apregoados numa sociedade que se concebe como democrática, mas que na prática não viabiliza a sobrevivência destes princípios altruístas. O distanciamento da prática democrática condiciona a sociedade a viver uma pseudo-democracia que efetivamente só acentua as desigualdades, a competitividade de mercado e as imposições do ter em detrimento do ser.

É possível a constatação de que o exercício democrático no campo educacional vem se constituindo como prática, a partir da legislação, das ações que decorrem das disposições legais e principalmente da consciência presente no meio social. Deste modo, a gestão democrática da escola brasileira é estabelecida como um princípio político, a partir da Constituição de 1988, posteriormente referendada pelas constituições estaduais e municipais e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96. No entanto, é importante considerar tal exercício democrático e a gestão da democracia no ambiente escolar como uma dinâmica que não se esgota simplesmente pela sua garantia legal, pois é um processo contínuo e complexo que se desenvolve conforme a evolução da própria sociedade e seus sujeitos.

A prática da gestão democrática da escola pública associa-se à idéia de emancipação dos membros da comunidade escolar. Assim, é relevante considerar que a educação que se dá neste meio precisa estar voltada para o desenvolvimento de um contexto social onde sobrepujam-se valores de igualdade de participação e de respeito aos interesses mútuos dos indivíduos. Gestão democrática diz respeito a todos os processos e ações que ocorrem na escola, — é a divisão do poder, no sentido de decidir o futuro da instituição, de definir seus objetivos, o seu sentido e o seu fazer educativo e social.



Lück, considerando a gestão, afirma que:

a lógica da gestão é orientada pelos princípios democráticos e é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação, organização e planejamento de seu trabalho e articulação das várias dimensões e dos desdobramentos de seu processo de implementação (2006, p. 36).

A escola, uma vez consciente de seu papel social de responsabilidade e desenvolvimento pleno do cidadão, promoverá a construção de uma pedagogia crítica que se fortalece cada vez mais ao enfrentar os mecanismos de opressão e de discriminação dos diversos grupos que a compõe. Desta forma o trabalho pedagógico desenvolvido na escola pública deverá proporcionar a consolidação de uma educação inclusiva que assegura a participação do coletivo no planejamento, execução e avaliação de suas atividades e programas curriculares.

Uma escola democrática possui muitos obstáculos a serem vencidos, porém destacam-se dois para o aprofundamento da reflexão: Em primeiro lugar a escola democrática deverá criar espaços para a consolidação de uma prática de resolução de conflitos/dilemas. As divergentes opiniões e mesmo contradições existentes entre teoria e prática deverão ser refletidas e a busca conjunta por respostas aos apelos educacionais deve ser contínua. Num segundo momento, a prática de uma gestão democrática requer o diálogo entre os atores educativos de igual para igual. Ou seja, pais, professores e alunos deverão manter o diálogo como uma possibilidade de reflexão. Os professores, enquanto profissionais da educação, precisam saber ouvir os anseios dos pais e alunos; estes, também deverão expor suas dificuldades e suas compreensões à cerca da realidade educacional. Os obstáculos ou ruídos que atrapalham o diálogo necessitam ser eliminados para que todos possam ter vez e voz nas discussões sobre os rumos da escola pública.

Os docentes, atuando numa escola democrática terão a responsabilidade de discutir sua própria prática pedagógica, opinando e sugerindo modos de vencer os entraves que limitam sua ação e seu fazer educativo. A postura de reflexão sobre a própria ação produzirá o senso de responsabilidade sobre o trabalho que desenvolvem.

No cotidiano e na aproximação dos interesses é que se constrói o conhecimento e ocorre a aquisição de valores e atitudes. Na concepção democrática, o professor estabelece sua ação docente de modo a mobilizar o desenvolvimento das habilidades físicas, sociais e intelectuais dos educandos.



A organização da proposta pedagógica da escola democrática prima pela participação coletiva, onde todos os integrantes da comunidade têm direito a opinar sobre projetos curriculares que sejam adequados à sua realidade sócio-cultural. Criar elos entre escola e família é fundamental para que se construa, na prática, a gestão democrática da escola. Mesmo que haja diferenças entre os sujeitos, a relação família e escola poderá ser fortalecida, pois na diversidade de concepções de mundo, de vivências significativas e de valores é que se faz a escola democrática.

A gestão democrática escolar insere-se, enquanto processo, num projeto maior de democratização da própria sociedade e, portanto, não acontece de forma isolada. Depende de mecanismos formais e legais como legislação de ensino, eleição de diretores, formação de entidades representativas como Conselhos Escolares, Círculo de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis. Mas depende, também, de ações concretas e diárias que proporcionam a participação da comunidade na vida da escola e na tomada de decisões quanto aos rumos do ensino público.

O exercício participativo na escola

Na prática cotidiana das instituições de ensino os gestores sempre assumiram o papel decisório e organizativo das atividades gerais da escola, assim precedendo estabelecia-se uma atuação centralizadora, pois pouco partilhavam com a comunidade educativa. Entretanto, com as mudanças oriundas do novo modelo de sociedade que passam a requerer uma maior democratização das relações escolares passa-se a discutir também os processos de organização e os mecanismos de participação na escola. Nesta concepção, as escolas devem contar com uma equipe gestora, composta por coordenadores, supervisores, vice-diretores, funcionários, pais e alunos, que trabalham coletivamente com o diretor, buscando soluções e alternativas para melhorar o funcionamento das escolas e a qualidade do ensino nelas construído.

Numa sociedade democrática, a participação dos cidadãos é fator decisivo para a efetiva construção de ideais mais solidários. Quando ocorre a participação no meio da sociedade, ou nas instituições que a compõem, são os próprios cidadãos que estão assumindo o controle de seu destino, fazendo as escolhas que melhor caracterizam suas vontades e interesses coletivos. Segundo Bordenave “a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (1985, p.12).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

A participação não pode ser considerada apenas uma forma que o homem encontra para buscar a solução de seus problemas e suas dificuldades mais imediatas. Ela é uma necessidade fundamental do homem que, para desenvolver-se em toda sua potencialidade, precisará de espaços sociais mais amplos e que facilitem sua integração e inserção nas mais diversas formas de participação. Bordenave afirma que:

a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades ao menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-reflexão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (1985, p.16).

A escola pública tem buscado a ampliação dos espaços de participação dos sujeitos que a integram basicamente em dois sentidos extremamente importantes: seja através da participação da comunidade na vida da escola ou na participação da escola no contexto da sociedade. Quando a comunidade aproxima-se da escola pública, passa a compreendê-la melhor, identifica suas necessidades e busca no diálogo e na ação coletiva meios para colaborar com as melhorias pretendidas pela escola. Do mesmo modo, ao se ampliar a participação da escola no meio comunitário as diferenças seriam reduzidas, os espaços disponíveis na sociedade seriam melhor aproveitados como lugares de aprendizagens.

Paro diz que “falar das potencialidades e obstáculos da participação da população na gestão da escola pública implica elucidar os determinantes imediatos de tal participação que se encontram dentro e fora da escola” (1997, p. 43). Quando pais, alunos e professores envolve-se na resolução de dilemas próprios da escola passam a conhecê-la melhor, terão consciência de sua função, de seus objetivos e metas e assim terão plenas condições de tomarem decisões de modo coletivo, decisões estas que antes eram centradas apenas na figura do gestores ou de equipes de especialistas em educação.

A construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola pública ultrapassa a simples concepção de cumprimento de exigências burocráticas, ela vai mais vai além, configurando-se numa ação intencional, fruto da interação entre objetos e prioridades definidos coletivamente.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

Para que se efetive a participação os membros da comunidade educativa, na construção coletiva do PPP, é necessário o estreitamento dos laços de conhecimento e de interesse em desejar realmente trabalhar visando o bem estar da escola. A relação entre os atores sociais que constituem a escola pode ser estreitada por meio de um reconhecimento mútuo da escola e de seus membros, possibilitando assim que a realidade escolar seja explicitada e que também ocorra o resgate da escola pública como um bem da sociedade. Da tríplice participação: escola, família e sociedade dependerá o sucesso da gestão escolar democrática.

A dinâmica da construção do PPP centra-se na mobilização dos membros da comunidade escolar de modo que todos compreendam melhor seu papel e que saibam também aprender a dialogar e exercer sua capacidade de organização e de transformação do espaço da escola. Veiga entende que “ao contribuirmos com os projetos de nossa escola, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscando o possível. É antever um futuro diferente do presente” (1995, p. 12).

Apontar possíveis caminhos para a construção da cidadania passando pela discussão coletiva requer uma análise mais contundente, pois o planejar coletivamente deve estar baseado na identidade da escola, ou seja, naquilo que ela possui de individual, seus limites estruturais, físicos e humanos e seu aspecto históricos – sociais e econômicos.

Neste contexto de participação escolar os pais desempenham um papel muito interessante, pois cabe a eles, o acompanhamento de todas as atividades promovidas pela escola, seja sugerindo melhorias para o espaço escolar e para o aprendizado ou mesmo cobrando a efetiva atenção do Poder Público para garantir a qualidade e o financiamento da educação pública. López (2002, p. 75) analisa a participação dos pais e considera que ela possui dupla perspectiva: de “colaboração” e de “controle”.

Os pais ou responsáveis pelos alunos da escola pública têm o direito e o dever de participar da vida da escola, pois eles se configuram como os principais responsáveis, seja legalmente ou mesmo pela própria natureza, pela educação de seus filhos, numa parceria com o Poder Público, assim como especifica o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 que preconiza ser ela direito de todos.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

Além de atenderem ao dispositivo legal, definido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LBD 9.394/96, os pais também, na qualidade de receptores da ação escolar e educacional possuem algumas funções que lhes são intrínsecas (LÓPEZ, 2002, p. 76-77), como, por exemplo, devem ser constantemente informados dos resultados escolares de seus filhos, devem também cooperar com os educadores para eficácia da qualidade escolar, efetivar contatos constantes com a escola e professores para conhecimento das ações da escola, estar atentos e propor ações comuns ao trabalho desenvolvido na escola quanto aos hábitos e valores sociais definidos no Projeto Político-Pedagógico, manifestar interesse pelas atividades desenvolvidas pelos filhos na escola, apoiando o trabalho da escola e também a valorização do conhecimento e das habilidades que são construídas na escola.

O planejamento participativo, partindo da realidade social pode proporcionar intervenções coletivas sobre o meio social, constituindo sentidos para as ações e intenções que são geradas no contexto educativo. Daí a importância dos órgãos de apoio e entidades que congregam professores, pais e alunos. São eles organizações auxiliares da escola e tornam-se obrigatórias em cada sistema de ensino. Através do Círculo de Pais e Mestres – CPM, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis é possível o exercício participativo que proporciona a autonomia pedagógica e administrativa da escola. Estas organizações podem permitir, quando bem articuladas na concretização de objetivos comuns, a identificação das necessidades, o conhecimento e a superação dos problemas enfrentados pela comunidade educativa.

Como órgão de apoio, o Círculo de Pais e Mestres tem tríplice finalidade na consecução de seus objetivos: a colaboração no aprimoramento de processo educacional, a colaboração na assistência escolar e a colaboração na integração família-escola-comunidade. A regulamentação dos CPMs varia segundo os sistemas de ensino. Geralmente, estas entidades têm como objetivo principal a defesa dos interesses morais e materiais da escola, representam os pais em nível local junto aos poderes públicos e junto às autoridades de educação em particular, e por fim informam os pais sobre tudo quanto diz respeito à escolaridade de seus filhos.

López considera que:

as associações de pais podem participar de maneira institucional em qualquer área que não seja estritamente profissional, de competência do professorado. Ademais, as associações



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

poderão influir no sistema educacional como um todo, mediante o diálogo com a administração e sua atuação direta nos órgãos de assessoria em que estão presentes, tais como os Conselhos Escolares (2002, p. 78-79).

O Conselho Escolar é outro órgão de suma importância no contexto da escola pública e corresponde a um conselho de administração, que colabora para a construção e execução do Projeto Político-Pedagógico da escola. Este deve incluir os profissionais da educação, alunos e pais e outros membros da comunidade extra-escolar. No entanto, a criação de Conselhos Escolares é um processo ainda não efetivo em muitas escolas públicas, inclusive na escola objeto desta pesquisa.

Outro órgão muito importante na escola é o Grêmio Estudantil. A liberdade de organização e manifestação dos estudantes, sem controles rigorosos por parte da direção da escola, é necessária e fundamental para que os educandos possam ser sujeitos do processo educativo. O Grêmio Estudantil assume a função de congregar o corpo discente em objetivos comuns e integrá-los em atividades esportivas, culturais, recreativas e intelectuais.

Cada uma destas entidades representativas pode contribuir para a melhor organização do Projeto Político-Pedagógico da escola. No momento de sua discussão ou no decorrer de sua execução cada setor vai sentindo e vivendo a escola, e, neste processo, aproximam-se de objetivos e metas afins, alcançando assim o êxito no exercício participativo.

Ainda que este não seja o foco da investigação, cabe o questionamento sobre o papel destas entidades representativas de pais, mestres e alunos no contexto da escola. De fato estas entidades promovem a participação, contribuindo para a ampliação dos espaços democráticos na escola pública? Ou elas estariam atreladas ao sistema que cada vez mais repassa as suas responsabilidades para a sociedade? Observa-se a luta das CPMs, Grêmios Estudantis e Conselhos Escolares, que, na ânsia em colaborar com a escola, acabam por incorporar certas responsabilidades que são do Estado, mais especificamente na manutenção da escola pública. Para que escola tenha todas as condições, meios, instrumentos e recursos humanos para a concretização de uma prática educativa eficaz e coerente com a realidade é necessária uma maior atenção por parte de sua mantenedora, no caso, o Poder Público.

Maioridade – autonomia – emancipação: relações educacionais alicerçadas na gestão democrática



O entendimento a cerca da temática da maioria perpassa por diversas áreas do conhecimento humano, abrangendo desde aspectos jurídicos até aspectos éticos, sociais e políticos (DALBOSCO, 2005, p.9). Essencialmente, na perspectiva jurídica a maioria diz respeito às condições de plena consciência dos indivíduos sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos. A abordagem que a presente análise propõe não busca explicitar este tema sob o viés jurídico, mas efetiva seu aprofundamento pautado numa postura reflexiva que contemple a aproximação da temática da maioria com a realidade social, ética e de oportunidades de participação dos sujeitos que atuam no contexto da atual sociedade.

Na obra *Educação e Maioridade: dimensões da racionalidade pedagógica*, Hoyer pondera que:

como Adorno constatou corretamente, sociedades modernas, secularizadas e democráticas necessitam da maioria de seus cidadãos que dispõe de uma competência elaborada de autodeterminação e de participação, assim como da capacidade suficientemente desenvolvida da crítica e do julgamento (2005, p. 45).

Através dos vínculos sociais que são estabelecidos no cotidiano dos relacionamentos humanos há uma possibilidade de desenvolvimento pleno dos aspectos éticos da maioria, que se relacionam, conforme a concepção de Flickinger com o “aprender [...] que a liberdade individual só consegue efetuar-se quando do reconhecimento simultâneo da liberdade dos outros” (2005, p.58). Deste modo é possível perceber que quanto mais os indivíduos estabelecem e ampliam seus laços de estreitamento social com os demais, maior será o desenvolvimento da maioria social. Isto posto, cabe considerar que quando há espaço para uma percepção do outro, em suas especificidades, semelhanças ou mesmo diferenças, haverá também espaço para reconhecimento e crescimento também nas esferas pessoal e individual do cidadão.

Em seu posicionamento Mühl afirma que “quando falamos em maioria, geralmente nos referimos à condição que o ser humano apresenta de agir racionalmente ou de justificar suas compreensões e seus conhecimentos através de argumentos racionais” (2005, p. 297).

Deste modo, a maioria é concebida como uma característica essencialmente manifesta no/pelo homem adulto, uma vez que a criança ainda não possui todas as condições para o exercício da racionalização ou mesmo de verbalização de seus argumentos e de suas concepções acerca das



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

situações por ela vivenciadas. Entretanto, Mühl aponta o fato de que “a criança, assim como o jovem, é um ser em si, que tem sua forma própria de compreender e experimentar o mundo, e que a restauração da vida infantil é condição indispensável para o restabelecimento de uma vida humana digna” (2005, p. 299).

Considerar, pois, as compreensões que a criança, o adolescente e o jovem possuem sobre a escola é fundamental para que se possa analisar o contexto escolar. No universo infanto-juvenil, característico da escola, muitas vezes são os adultos que pensam e que planejam as ações, sem que ocorra o processo de aproximação com os interesses manifestos pelos alunos.

Sabe-se que a escola, enquanto instituição possui uma autonomia relativa (GADOTTI, 1989). É necessário destacar, porém, que todo esforço da comunidade educacional deverá ser pautado na consolidação da gestão democrática, para que sejam garantidos espaços de autonomia que não se limitam apenas às questões meramente legais ou burocráticas, mas que se integram também às ações pedagógicas de sala de aula e do contexto mais amplo da própria comunidade. Gadotti considera que “insistir na autonomia da escola não é conferir-lhe um estatuto que a isola da sociedade e das lutas aí travadas” (1989, p. 73). A aproximação entre sociedade e escola, através da participação, do diálogo e da troca de informações apresenta-se como alternativa para que as relações educativas e sociais sejam mediadas e compartilhadas no coletivo. A definição dos rumos da escola pública não poderá estar centrada unicamente nas mãos do diretor escolar ou da equipe diretiva, mas será um processo a ser construído e enriquecido conjuntamente com todos os atores sociais que vislumbram o fortalecimento da escola.

Gadotti e Romão argumentam que “a autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu projeto político-pedagógico” (1997, p.35). Assim, em sua concepção, destaca também que o processo de reconhecimento da autonomia, depois de iniciado na escola pública, propicia o desenvolvimento de uma prática de gestão democrática que se caracteriza por favorecer a formação da cidadania e maior qualidade do ensino, razão de ser da escola.

A autonomia da escola, quando efetivada não apenas nos aspectos administrativo-financeiros, mas além destes, e principalmente em seu aspecto educativo, estará arrolada em dois



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

alicerces básicos que compreendem: a “formação para a cidadania” e a “educação para o desenvolvimento” (GADOTTI E ROMÃO, 1997, p.43).

Não se pode pensar em crescimento ou desenvolvimento da sociedade sem o envolvimento ativo da escola. Desde modo, também a própria sociedade, numa situação de troca e de respeito ao espaço de exercício cidadão da escola, deve comprometer-se no sentido de ajudar a planejar a escola pública, para que ela atinja seus ideais e cumpra com suas funções.

A emancipação, enquanto possibilidade de libertação do cidadão, dos entraves e amarras políticas, sociais, culturais ou mesmo econômicas, necessita contar com a educação para que de fato possa alcançar seu intento. A emancipação assume, nesta perspectiva, uma postura de esclarecimento, possibilitando que cada cidadão em particular e todos, num conjunto, possam desenvolver-se plenamente, construindo experiências significativas que os tornem seres autônomos e capazes de racionalizarem sobre sua própria condição de vida e existência. O esclarecimento configura-se como uma possibilidade do homem torna-se senhor de si, sendo capaz de vencer seus medos, livra-se dos mitos e das incertezas através da apropriação do conhecimento e saber. Adorno enfatiza que “a educação para a experiência é idêntica para a emancipação” (1995, p. 151).

Ainda segundo Adorno, “a exigência de emancipação parece ser evidente numa democracia” (1995, p.169). A idéia de emancipação dos sujeitos, em contraponto a menoridade ou tutela confere sentido à educação.

Ao analisar a educação a partir dos conceitos de barbárie e emancipação, Adorno, (1995) considera que um dos papéis fundamentais da educação é o de combater a barbárie que se estabeleceu no mundo, especialmente nas formas de dominação impostas pelo nazismo, pelo totalitarismo ou pela violência explícita nas sociedades.

Maar antevê um “espaço para a dialética da emancipação” (1994, p. 63), quando ocorre estreitamento de relações entre a realidade externa e os indivíduos. Os sujeitos interiorizam verdades concebidas a partir da realidade externa em que vivem, condicionadas não só por fatores como tempo ou espaço, mas também e fundamentalmente por questões de natureza da racionalidade.

A emancipação do sujeito não se dá exclusivamente pela reflexão, mas pelas vias da racionalidade, Maar, cita que:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

na medida em que a emancipação seria travada pela própria instrumentalização da racionalidade social – da “razão”, como diriam Horkheimer e Adorno – o sentido principal da educação para a emancipação está na dissecação visceral do nexos entre dominação e racionalidade, que constitui o meio “subjetivo” de reprodução social existente. A partir daí, a educação crítica só poderia se efetivar nos termos da “reconstrução crítica” da racionalidade social, revelando a deformação que produz em face de sua reificação, e conduzindo-a a uma clara exposição de suas contradições, e, por esta via, apreendendo nela as possibilidades alternativas (1994, p.79).

A racionalidade produz no homem condições para que este possa compreender sua própria realidade de modo a transformá-la e torná-la mais adequada aos propósitos de humanização. No entanto, para que ocorram as profundas e necessárias transformações sociais o cidadão deverá estar aberto às novas possibilidades de racionalidade crítica e responsável, onde as visões individualistas dão lugar a uma postura dialógica e participativa, que favoreça o fortalecimento das instituições sociais, inclusive da escola, e das relações que se estabelecem em seu contexto.

Breves idéias à guisa de conclusão

Pensar a gestão democrática da escola pública a partir de perspectivas como democracia, participação, maioria, autonomia e emancipação constitui-se em uma oportunidade para refletir sobre as condições em que se estabelecem os princípios de uma gestão realmente democrática. Cada um destes conceitos expressa condicionantes para a construção de alternativas de gestão que se quer constituir no espaço da escola.

De modo geral, é possível perceber que o contexto democrático propicia a participação de todos os sujeitos envolvidos no espaço da sociedade e da própria escola. A participação, por sua vez, cria condições para que os indivíduos reconheçam-se enquanto sujeitos, desenvolvendo assim sua maioria, ou seja, a condição de decidir e interferir em seus próprios rumos. A maioria conduz à autonomia, na perspectiva de identificação de necessidades e de busca de alternativas de transformação da realidade, a partir da ação consciente dos sujeitos.

Com o desenvolvimento e consolidação da gestão democrática da escola pública apresenta-se também a possibilidade de emancipação dos sujeitos que integram a escola, em especial quando houver a inserção crítica destes no ambiente social e educacional. A criticidade torna-se o elemento



fundamental para que este processo se constitua e para a compreensão dos conceitos que embasam a gestão democrática. Torna-se importante destacar ainda que o crescente interesse da escola e de seus sujeitos na tentativa de definição de seus papéis tem favorecido o surgimento de uma postura de enfrentamento a todo tipo de entrave que se oponha a concepção e vivência da democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. RJ: Paz e Terra, 1995.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. Coleção Primeiros Passos.
- DALBOSCO, Cláudio Almir; FICKINGER, Hans-Georg. Maioridade e educação: considerações introdutórias. In: DALBOSCO, Cláudio Almir; FICKINGER, Hans-Georg. **Educação e maioridade: dimensões da racionalidade pedagógica**. São Paulo: Cortez; Passo Fundo: Ed. UPF, 2005. p. 7-19.
- FLICKINGER, Hans-Georg. Dimensões da maioridade e educação. In: DALBOSCO, Cláudio Almir; FLICKINGER, Hans-Georg. **Educação e maioridade: dimensões da racionalidade pedagógica**. São Paulo: Cortez; Passo Fundo: Ed. UPF, 2005. p. 51-69.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 9ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.
- HOYER, Timo. Maioridade como objetivo da educação: esboço acerca da história de um problema. In: DALBOSCO, Cláudio Almir; FICKINGER, Hans-Georg. **Educação e maioridade: dimensões da racionalidade pedagógica**. São Paulo: Cortez; Passo Fundo: Ed. UPF, 2005. p. 23-50.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3ª ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- LÓPEZ, Jaime Sarramona. **Educação na família e na escola: o que é, como se faz**. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Editora Loyola, 2002.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

*RELAÇÕES EDUCACIONAIS ALICERÇADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA:
INVESTIGANDO CONCEITOS*

- LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão).
- MAAR, Wolfgang Leo. Educação crítica, formação cultural e emancipação política na Escola de Frankfurt. In: PICCI, Bruno (Org). **Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na escola de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFISCAR, 1994. (Ciências Sociais e educação). p. 61 – 81.
- MÜHL, Eldon Henrique. A criança e a educação para a maioria: considerações de Walter Benjamin. In: DALBOSCO, Cláudio Almir; FICKINGER, Hans-Georg. **Educação e maioria: dimensões da racionalidade pedagógica**. São Paulo: Cortez; Passo Fundo: Ed. UPF, 2005. p. 297-327.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Ed. Ática, 1997.
- ROSSATO, Ricardo; ROSSATO, Ermélio; ROSSATO, Elisiane. **As bases da sociologia**. Santa Maria: Biblos, 2006.
- _____; ROMÃO, José E. **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.
- VEIGA. Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA. Ilma Passos Alencastro (Org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas, SP: Papirus, 1995.